



Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

09 DEZ 2014

1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA

Assembleia Legislativa

09 DEZ 2014

Protocolo: 292/14

Processo: 292/14

Projeto de Lei

Nº

1405/14

AUTOR : Deputado Hermínio Coelho

Proíbe a revista íntima dos visitantes nos
estabelecimentos prisionais e dá outras
providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,
decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos prisionais do Estado de Rondônia
proibidos de realizar revista íntima nos visitantes.

Parágrafo único. Os procedimentos de revista dar-se-ão em razão de
necessidade de segurança e serão realizados com respeito à dignidade humana.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - visitante: toda pessoa que ingressa em estabelecimento prisional para
manter contato direto ou indireto com detento;

II - revista íntima: todo procedimento que obrigue o visitante a:

- a) despir-se;
- b) fazer agachamentos ou dar saltos;
- c) submeter-se a exames clínicos invasivos.

Art. 3º Todo visitante que ingressar no estabelecimento prisional será
submetido à revista mecânica, a qual deverá ser executada, em local reservado, por meio
da utilização de equipamentos capazes de garantir segurança ao estabelecimento prisional,
tais como:

I - "scanners corporais";



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

Projeto de Lei

Nº

AUTOR : Deputado Hermínio Coelho

- II - detectores de metais;
- III - aparelhos de raios X;
- IV - outras tecnologias que preservem a integridade física, psicológica e moral do visitante revistado.

Art. 4º Na hipótese de suspeita justificada de que o visitante esteja portando objeto ou substância ilícitos, identificada durante o procedimento de revista mecânica, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- I - o visitante deverá ser novamente submetido à revista mecânica, preferencialmente utilizando-se equipamento diferente do usado na primeira vez, dentre os elencados no artigo 3º desta lei;
- II - persistindo a suspeita prevista no “caput” deste artigo, o visitante poderá ser impedido de entrar no estabelecimento prisional;
- III – caso insista na visita, será encaminhado a um ambulatório onde um médico realizará os procedimentos adequados para averiguar a suspeita.

Parágrafo único - Na hipótese de ser confirmada a suspeita descrita no “caput” deste artigo, encontrando-se objetos ilícitos com o visitante, este será encaminhado à Delegacia de Polícia para as providências cabíveis.

Art. 5º O poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 09 de dezembro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.		
PROTOCOLO		Nº
	Projeto de Lei	
AUTOR : Deputado Hermínio Coelho		

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta proposição, visando especialmente preservar a dignidade e o respeito ao ser humano que visitam parentes ou amigos em presídios do nosso Estado.

Atualmente a forma como se processa a revista de visitantes a presídios é altamente constrangedora e desumana. Os agentes agem como se, em tese, todos os visitantes estivessem transportando em seus corpos armas, drogas, celulares para entregarem aos visitados.

Isso é inadmissível pois não se pode por presunção dispensar a todos indistintamente o mesmo tratamento constrangedor, e isso se repete dia após dia, seja com jovens, adultos, senhoras, senhores e idosos.

Ao apresentarmos a nossa proposta queremos esclarecer que a proibição que pretendemos é no sentido de eliminar essa ação constrangedora e desumana em que todos os cidadãos - que visitam os presídios de nosso Estado, lamentavelmente são submetidos.

Por outro lado, este disciplinamento já é lei em várias unidades federativas do nosso País. Portanto, o que estamos fazendo é tentar dar um basta nessa ação deplorável que é a nossa realidade. Inclusive, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.085 de 2014, de autoria da Deputada Iriny Lopes, que tem a mesma finalidade, ou seja proibir essa ação arbitrária e constrangedora.

Entendemos que a nossa iniciativa caracteriza um avanço sob o prisma dos direitos humanos, inclusive, pois a nossa Carta Magna propugna em seu texto pela valorização e o respeito ao ser humano, sendo conhecida como a Constituição Cidadã.

Diante disso, e certos de que o nosso propósito vem de encontro não apenas a diversas legislações vigente, em que proíbem as revistas de forma arbitrária nos presídios em diversas Unidades da Federação, contamos com o apoio e o voto dos Nobres Pares.

X